



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE
ESTADO DE MINAS GERAIS
Av. Carlos Couto, 32 – Centro
CEP 36260-000 – Alto Rio Doce - MG

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 20/2023 – AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS, VISANDO A ABSORÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL I -ANOS INICIAIS – DA REDE ESTADUAL EM NOSSO MUNICÍPIO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

No dia 11 de julho de 2023, às 17:00 horas, realizou-se na sede da Câmara Municipal de Alto Rio Doce a Audiência Pública sobre o Projeto de Lei nº 20/2023.

Aberta a audiência, o presidente registrou a presença da Secretária de Educação Marcela Mota Dias e cumprimentou as demais autoridades e todos os presentes e, em seguida, deu início à apresentação e discussão sobre o Projeto de Lei nº 20/2023.

Ato contínuo, pediu que o assessor legislativo fizesse a leitura do Projeto de Lei.

O presidente registrou a presença do Presidente do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, senhor Luan Ariel dos Santos.

Em seguida, o presidente fez constar que foi realizada uma consulta pública para saber a opinião dos cidadãos altoriodocenses sobre o projeto de lei nº 20/2023, com um resultado de 32 votos a favor da municipalização das referidas escolas, cujo resultado foi lido pelo assessor legislativo. Na sequência, o vereador Éder questionou o meio pelo qual foi realizada a consulta pública, tendo tido como resposta que foram utilizados formulários para a realização da consulta. Ato contínuo, o presidente fez constar que da consulta realizada, pelo menos 10 pessoas são funcionários do Poder Executivo e nenhum envolvido na municipalização das escolas em questão. Apontou

1



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Carlos Couto, 32 – Centro

CEP 36260-000 – Alto Rio Doce - MG

também que um abaixo assinado foi protocolado na Câmara dos Vereadores, com 285 assinaturas colhidas no Distrito de Abreus, todas contra o projeto de lei nº 20/2023. Logo após foi feita a leitura do abaixo assinado pelo presidente da Casa Legislativa e pelo vereador Éder, com 285 assinaturas contra o Projeto de Lei sobre a Municipalização.

Ato seguinte, o presidente perguntou se algum presente gostaria de comentar a respeito do abaixo-assinado e a senhora Imaculada Mota discursou sobre sua experiência própria como servidora do Estado. Em continuidade à audiência pública, foi dada a palavra ao senhor Alex Carvalho representante do Poder Executivo, que apresentou a parte técnica da municipalização, através da empresa Minas Mais que presta assessoria à Secretaria Municipal de Educação de Alto Rio Doce. Discorreu sobre as vantagens da Municipalização das escolas responsáveis pelo ensino fundamental – nos iniciais. Esclareceu ainda que o objetivo do Estado é passar a responsabilidade educacional do ensino infantil e fundamental, de 1º ao 5º ano aos Municípios e deixar o ensino fundamental, anos finais e o ensino médio sob a responsabilidade do Estado. Ponderou ainda que já ficou comprovado que o índice do IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica aumentou com a absorção do ensino fundamental pelos Municípios, e é uma realidade que está ocorrendo em vários Estados. Ressaltou que o momento é propício para aderir a essa realidade, para aproveitar o investimento que o Estado de Minas está oferecendo aos Municípios e a possibilidade de firmar um termo de compromisso com os professores e o Estado para que fiquem lotados nas escolas para qual que foram designados até a aposentadoria. Finalizada a apresentação do representante do Executivo, foi dada a palavra ao vereador Éder que questionou que o Estado está causando uma rivalidade entre professores do Estado e do Município ao comparar o IDEB antes e depois da Municipalização das escolas, parecendo que está colocando a responsabilidade da má qualidade de ensino nos professores do Estado. E continuou questionando o motivo do incentivo financeiro do Estado de Minas Gerais para a municipalização, já que a responsabilidade do ensino fundamental é do Município. O presidente da Câmara ressaltou ainda que a culpa é do governador que quer transferir responsabilidades do Estado para os Municípios. Na sequência, foi dada a palavra à Secretária Municipal de Educação, Marcela Mota, que reforçou a importância da municipalização das escolas estaduais no Município de Alto Rio Doce. Na sequência, professores do Estado presentes na audiência, também expressaram suas opiniões contra a municipalização. Logo após, o representante



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE
ESTADO DE MINAS GERAIS
Av. Carlos Couto, 32 – Centro
CEP 36260-000 – Alto Rio Doce - MG

do Sindicato Único dos trabalhadores na Educação, senhor Luan Ariel dos Santos fez uso da palavra para esclarecer seu posicionamento sobre a municipalização. Disse que o objetivo do Estado é privatizar vários setores do Estado, e na Educação, o objetivo é chantagear os Municípios com esse investimento vultuoso e assim absorver o ensino fundamental pelo Município. E continuou afirmando que esse investimento é uma promessa, que depende de disponibilidade orçamentária e que pode não ser cumprido. Finalizou afirmando que não há garantias para o professor efetivo, nem para os contratados, porque a lotação nas escolas depende de disponibilidade das vagas oferecidas pela Secretaria do Estado de Educação, e nesse sentido, o projeto Mãos Dadas não beneficia nem aos Municípios, nem aos professores. Dando prosseguimento, o presidente deu oportunidade à Diretora do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, senhora Cristiana, para fazer uso da palavra, que fez constar que o Município de Alto Rio Doce já ultrapassou o percentual de 51% do orçamento com gastos com pessoal e sendo assim, fica claro que não cabe mais no orçamento municipal novas contratações, de acordo com a lei de responsabilidade fiscal, e que, nesse sentido o Convênio com o Projeto mãos dadas pode comprometer o salário do servidor, já que a Municipalização impacta em gastos financeiros sem aumento proporcional de recursos. Corroborando com as palavras da Presidente do Sindicato, o presidente defendeu a Câmara Municipal e seus vereadores na defesa dos direitos dos trabalhadores, ressaltando que cada um tem seu ponto de vista e suas opiniões, mas sempre defendendo os direitos e garantias da comunidade de Alto Rio Doce. Na sequência, o Presidente deu oportunidade aos vereadores para que fizessem uso da palavra e o vereador Dárcio deu sua opinião no sentido de que se for para municipalizar, que deixe o Governo com essa tarefa e não com o voto dele. O vereador Éder também fez uso da palavra para deixar sua opinião sobre a municipalização, ressaltando que a construção da creche nada tem a ver com a absorção dos alunos das escolas estaduais, sendo entendido como uma manobra para culpar os vereadores por impedir a construção da mesma. Logo após, foi transmitido um vídeo da Deputada Estadual Beatriz Cerqueira, que tem um posicionamento contrário à municipalização das escolas estaduais e no vídeo ela expõe seus argumentos e posicionamentos.

Luana
3
Ederson
Luana
Éder
Dárcio
Luana
Éder



CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO RIO DOCE
ESTADO DE MINAS GERAIS
Av. Carlos Couto, 32 – Centro
CEP 36260-000 – Alto Rio Doce - MG

Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Audiência Pública e determinou que se lavrasse a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por todos os vereadores presentes.

Presidente:

Manoel Antonio Pinheiro

Odeir Augusto de Souza

Marcos Valério de M.

Osório

Luizias

José Alfredo da Silva

Gezielio Marcos de Faria

Roberto Gomes dos Reis

José Geraldo de Oliveira

